



**LORRAYNE RIBEIRO DA SILVA**

**BENEFÍCIOS E LIMITAÇÕES DO PROCESSO DE  
IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS  
NO RESIDENCIAL VISTA DO LAGO**

**LAVRAS – MG**

**2022**

**LORRAYNE RIBEIRO DA SILVA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
à Universidade Federal de Lavras, como parte  
das exigências do Curso de Administração  
Pública, para obtenção do título de Bacharel.

**Prof. Dr. Renato Silvério Campos**  
**Orientador**

**LAVRAS – MG**  
**2022**

**LORRAYNE RIBEIRO DA SILVA**

**BENEFÍCIOS E LIMITAÇÕES DO PROCESSO DE  
IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS  
NO RESIDENCIAL VISTA DO LAGO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
à Universidade Federal de Lavras, como parte  
das exigências do Curso de Administração  
Pública, para obtenção do título de Bacharel.

APROVADA em 25, de Abril de 2022  
Dr. Renato Silvério Campos UFLA  
Dr. Denis Renato de Oliveira UFLA

**LAVRAS – MG  
2022**

## AGRADECIMENTOS

O meu primeiro agradecimento é aquele que me guarda e me ilumina, Deus a tua palavra é lâmpada que ilumina os meus passos e luz que clareia o meu caminho.

Agradeço e dedico aos meus pais, Rosana e Sérgio, por todo amor, força, ensinamentos, e por me amparem em todos os momentos, minha vitória hoje não vem graças as minhas batalhas, mas sim à de vocês que muito renunciaram em outrora.

À minha irmã Rayssa, por toda a irmandade para além de laços sanguíneos e pela certeza de que onde eu estiver estará comigo.

À minha namorada (e futura esposa) Marianna, que como a flor de lavanda que nos simboliza me traz tranquilidade e renova minhas energias. Sou grata por nossos caminhos terem se entrelaçados graças a Universidade e comigo te carregou todos os dias.

À Alfa Pública Consultoria Júnior em Gestão que me proporcionou momentos de alegria de aprendizado desde o meu primeiro período da graduação.

As amigadas que construí nessa jornada, agradeço pela partilha de sorrisos e momentos guardados na memória.

Ao corpo docente do curso de Administração Pública em especial aos professores Renato e Denis por todo o apoio e atenção nessa jornada.

À Universidade Federal de Lavras, uma das universidades mais conceituadas do país.

À Marília Mendonça (in memoriam) por todo seu empoderamento e talento que levo comigo como exemplo.

*"Vocês não sabem a minha felicidade ao ver que um filho de pedreiro virou doutor ou uma filha de empregada doméstica virou médica".*

*(Luiz Inácio Lula da Silva)*

## RESUMO

As sociedades contemporâneas trazem consigo uma grande pluaridade como religião, etnia, renda, profissão, valores, interesses, entre outros. Essa diversidade alerta ao Estado a necessidade de se aproximar mais da marginalidade dessas sociedades para que o interesse público seja o retrato real do cotidiano vivenciado. O objetivo central do trabalho é identificar os benefícios e limitações do processo de implementação e avaliação de políticas sociais como a mobilidade urbana, bolsa família, Banco de Alimentos e Minha Casa, Minha Vida no residencial Vista do Lago. Propõe-se, assim, por meio de atividade extensionista a criação de folder direcionado a/os moradores do residencial e ao Centro de Referência da Assistência Social para que o processo de implementação e avaliação dos programas sociais mencionados possam ser impactados por meio de uma comunicação educativa. Sob essa perspectiva, as limitações nos processos de implementação e avaliação de políticas sociais passarão a ser minimizadas e os benefícios elevados com a redução da distância entre a sociedade e o aparelho público no âmbito municipal.

**Palavras-chave:** políticas públicas; governança pública; programas sociais.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	8
1.1 Objetivos.....	11
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	12
2.1 O ciclo de políticas Públicas e programas sociais .....	12
2.2 Programa Minha Casa Minha Vida .....	16
2.3 Programa Bolsa Família .....	17
2.4 Programa Banco de Alimentos .....	20
2.5 Mobilidade Urbana .....	21
2.6 Governança Pública .....	23
3. METODOLOGIA .....	25
4. RESULTADOS .....	27
4.1 Folder direcionada aos moradores .....	27
4.2 Folder direcionada ao Cras Cohab.....	29
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	31
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	33

## 1. INTRODUÇÃO

A definição de política pública não é possível ser definida de uma única forma devido a sua complexidade, portanto, existem vários conceitos sobre e em certo ponto todos os estudos conciliam diretamente ao Estado. Diversos autores vem contribuindo dentro desses estudos desde a década de trinta, Laswell (1936) analisa que na criação de uma política pública é necessário analisar quem irá ganhar com essa articulação, por qual motivo esse ganho e qual o impacto de fato essa politica terá. Associando ao Estado, Dye (1984) argumenta que política pública pode resumida na ação que o governo opta por fazer ou não. (GIANEZINI et al, 2017)

Para a criação de fato de uma política pública é necessário primeiramente identificar os problemas sociais e assim formular ações adequadas. Segundo Capella (2018) os estudos recentes do século XX abordam que problemas sociais se desenvolvem sob diferentes perspectivas, limitando principalmente em questões urbanas, movimentos sociais, mídia e opinião pública. Rochefort e Cobb (1994) citado por Capella (2018), definem que o problema público está submetido identificação do analista do que seria de fato um problema e a forma que seus pensamentos se moldam sobre determinada preocupação. Desta maneira, problemas não são subentendidos, são escolhas realizadas por grupos em relação às questões que ali circulam e coexistem com a sociedade. (CAPPELLA, 2018)

No Brasil, algumas políticas públicas foram estruturadas acerca de determinados problemas sociais, exemplificando, o programa Bolsa Família foi criado em 2004 pela Lei Nº 10.836 e o problema social neste caso inicialmente era as famílias em extrema situação de pobreza no país, portanto, o programa consistia em uma transferência direta de renda a famílias com situação de pobreza casos seguissem as condicionalidades existentes. Posteriormente o Governo Federal Brasileiro em 2009 criou o programa Minha Casa Minha Vida cujo objetivo era atender as necessidades de habitação da população de baixa renda, garantindo assim acesso à moradia digna com padrões mínimos de sustentabilidade, segurança e habitualidade. Em 2016 foi instituído o programa de Bancos de Alimentos pela portaria nº 17, de 14 de abril após uma estratégia da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) que tem como objetivos o combate às perdas e desperdícios de alimentos, por meio da reintrodução desses alimentos na cadeia de abastecimento, a garantia da segurança alimentar e nutricional e a



contribuição direta à alimentação adequada e saudável da população beneficiária com a realização da educação alimentar e nutricional e por fim, a mobilidade urbana é outra política pública nesse caso pautada pela Lei nº 12.587/2012 como orientação e coordenação de esforços, ações e investimentos, para garantia de diversos direitos a cidade e direitos aos cidadãos.

As sociedades contemporâneas trazem consigo uma grande pluaridade como religião, etnia, renda, profissão, valores, interesses, entre outros. Essa diversidade alerta ao Estado a necessidade de se aproximar mais da marginalidade dessas sociedades para que o interesse público seja o retrato real do cotidiano vivenciado. A necessidade de aproximação entre Estado e sociedade atrelada a outros fatores como a escassez de recursos por exemplo, faz com que outras preocupações entrem na pauta por parte dos agentes públicos como eficiência, a eficácia e a efetividade da ação estatal, e também a qualidade dos serviços públicos prestados. (OLIVEIRA, 2014)

Para entender melhor os processos de uma política pública a abordagem do ciclo de políticas públicas é utilizada como um ciclo deliberativo, constituído de varios processos dinâmicos e de aprendizado continuo. (SOUZA, 2006)

Segundo Secchi (2014):

“O ciclo de políticas públicas é um esquema de visualização e interpretação que organiza a vida de uma política pública em fases sequenciais e interdependentes. Apesar de várias versões já desenvolvidas para visualização do ciclo de políticas públicas, restringimos o modelo às sete fases principais: 1) identificação dos problemas, 2) formação de agenda, 3) formulação de alternativas, 4) tomada de decisão, 5) implementação, 6) avaliação, 7) extinção.” (SECCHI, 2014)

Dentre as fases do ciclo de políticas públicas, o processo de implementação é o momento onde a execução da política de fato é realizada e por muitas vezes aplicada por meio de programas sociais que segundo Jannuzzi (2011) são empreendimentos complexos que envolvem diversas questões, como contratação de pessoas, alocação de recursos, adequação de equipamentos entre outras.

A implementação da política implica em uma construção de serviço público de qualidade e efetivo e para tal o Estado detêm de elementos facilitadores desse, o Tribunal de Contas da União pelo decreto nº 9.203 (2017) instituí a governança pública como “conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e

monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade”. Sendo assim, um sistema de gestão onde as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, para além desse pensamento não apenas as organizações como um todo, mas também seus processos individuais cabem o conjunto de governança pública. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA, 2015)

Conforme Matias-Pereira (2017), a governança pública “requer, entre outras ações, gestão estratégica, gestão política e gestão de eficiência, eficácia e efetividade. A importância do estudo desenvolvido é mencionada indiretamente por Peters (2013) quando o mesmo diz que a governança é o “alcance de objetivos coletivos de uma sociedade”, além de ser uma ação transparente e eficaz na solução de problemas públicos. (SILVA et al. 2016)

A fase de implementação muitas vezes é subjugada como culpada pelo fracasso do processo de políticas públicas quando os resultados não são os esperados, porém, a sensibilidade na formulação das políticas e tomada de decisão são os causadores de maiores impactos na efetividade. Caso as etapas anteriores não forem bem estruturadas, no momento da implementação os gestores poderão ter problemas de gerar, alocar e controlar recursos. Outro ponto crucial é a avaliação da política que quando bem executada é ajuda a identificar tanto deficiências quanto medidas corretivas, porém, a mesma é negligenciada por dois motivos, primeiro por poder prejudicar o gestor em relação a sua carreira quando for constatado erros no ciclo e segundo por ser um desafio em termos de conhecimento e dados necessários. (SOUZA, 2014)

Devido as dificuldades apresentadas no processo de gerenciamento das políticas públicas, que expõe o problema da governança o presente estudo tem como objeto o conjunto habitacional Residencial Vista do Lago, localizado na zona norte da cidade de Lavras, Minas Gerais. O residencial teve sua construção finalizada em 2016 e apenas em 2017 foi feita a entrega das moradias as 400 famílias contempladas. Atualmente o Centro de Referência em Assistência Social responsável pela gestão dessas famílias é o CRAS Cohab localizado na R. Paulo Costa Pereira, 651, Vila Paraíso, sendo que este é também o responsável por toda a região e os demais conjuntos habitacionais próximos como Judith Candido de Andrade, Altos dos Ipês I e II, Cidade Nova, entre outros.

O processo de avaliação de políticas públicas apresenta diversos atores governamentais sendo esses gestores públicos ligados diretamente ao processo de implementação, e em maior número existem os atores não governamentais. Segundo Souza (2014) os atores não governamentais são:

“Pesquisadores em universidades, usinas de ideias e empresas de consultoria oferecem avaliações pagas e não pagas (e às vezes solicitadas, mas também não solicitadas). A mídia também oferece sua própria avaliação das políticas públicas, especialmente em casos em que ocorrem escândalos ou lapsos de julgamento por parte dos administradores e criadores de políticas.” (SOUZA, 2014)

A avaliação para ser efetiva ela precisa ser diretamente realizada majoritariamente com a sociedade beneficiada pela política implementada, dentro dos atores governamentais a aplicabilidade fica mais viável no âmbito municipal sendo essa a esfera administrativa mais próxima da população. (SEBRAE, 2008)

Dentre atores não governamentais, as universidades são atores cruciais devido a suas pesquisas, dentre tantas vertentes de pesquisar existentes, projeto extensionistas podem ser executados de suas maneiras distintas, voltados para a sociedade ou desenvolvidos com a sociedade. A concepção de para a sociedade parte do princípio de a universidade produzir conhecimento e a extensão transmitir até a sociedade como um todo. Já na concepção de extensão com a sociedade a universidade por meio da extensão em atividades conjuntas a sociedade produz o conhecimento mútuo. (PROEX – Unesp, 2017)

Por meio de projeto extensionista, o trabalho questiona quais os benefícios e limitações do processo de implementação e avaliação de políticas sociais como a mobilidade urbana, bolsa família, Banco de Alimentos e Minha Casa, Minha Vida no residencial Vista do Lago, em Lavras?

## **1.1 OBJETIVOS**

O objetivo geral desta monografia é identificar os benefícios e limitações do processo de implementação e avaliação de políticas sociais como a mobilidade urbana, bolsa família, Banco de Alimentos e Minha Casa, Minha Vida no residencial Vista do Lago.

Especificamente, os objetivos são:

1) Elaborar um folder de orientação para os/as moradores com foco nos programas sociais e para o CRAS com foco em governança pública.

2) Melhorar a comunicação entre o CRAS Cohab e o Residencial Vista do Lago.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 O ciclo de políticas Públicas e programas sociais

Dentro da visão de Secchi (2012) especialista brasileiro em políticas públicas, o ciclo de políticas públicas é um recurso utilizado para organizar as ideias, ou seja, auxilia para que a complexidade de uma política pública seja simplificada. Conforme esquematização a seguir, este é um ciclo de políticas públicas.

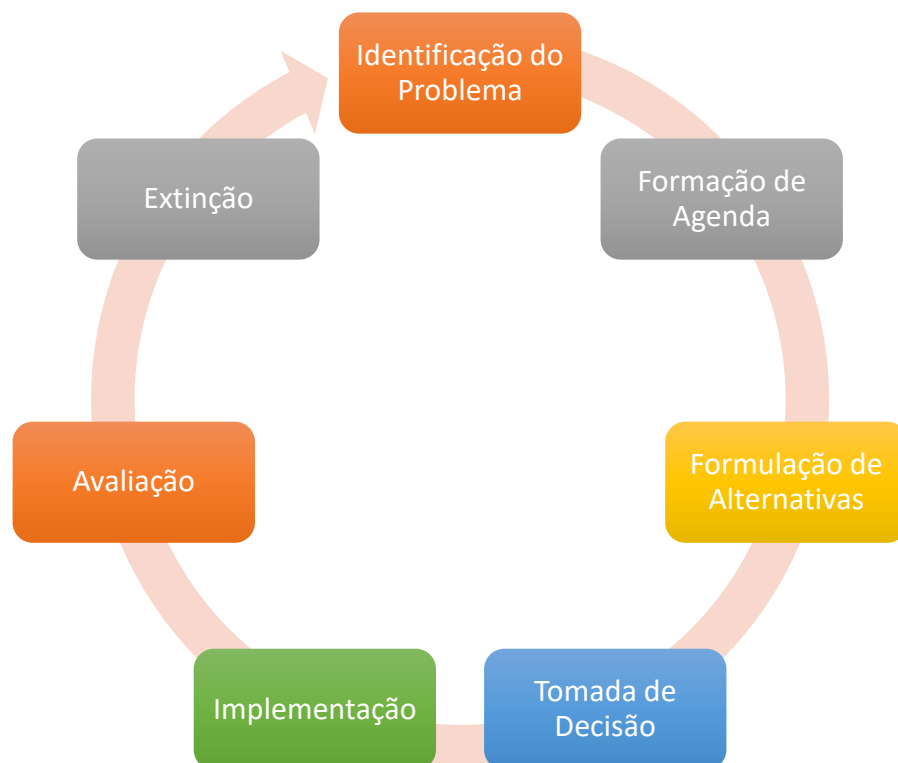


Figura 1. – Ciclo de Políticas Públicas (Secchi, 2012)

Inicialmente é necessário a identificação do problema e no caso de um problema público é compreender a diferença entre o que é aquilo e o que se gostaria que fosse a realidade, neste caso ela pode surgir de três formas: imediatamente como catástrofe natural, progressivamente como o congestionamento nas cidades e persistente com a favelização das periferias em grandes cidades.

A formação da agenda é o conjunto de problemas ou temas relevantes que pode tomar forma de programa de governo, como um estatuto partidário. Em relação as agendas existentes elas podem ser políticas, formais ou midiáticas, respectivamente sendo definidas por um conjunto de problema que a comunidade política percebe, um conjunto de problemas que poder pública já decidiu enfrentar e o conjunto de problemas que recebe atenção dos meios de comunicação. (SECCHI, 2012)

Quando o problema é inserido na agenda se inicia a formulação de alternativas onde é construído os caminhos e meios para as soluções sendo um processo que necessita de bastante detalhamento e organização de ideias, possibilidades, recursos e estudos sobre. Parte principal dessa construção é a definição de objetivos, ou seja, definir os resultados esperados da política pública, de modo mais raso ou mais definido. (SECCHI, 2012)

Após todo o detalhamento é iniciado o processo de tomada de decisão onde é definido a ação a ser realizada, como também os recursos e o tempo de ação. Neste ponto existem três formas que podem ocorrer: 1) problema existente e soluções sendo buscadas; 2) tomadas de decisões e problemas são simultâneos; 3) a solução já existe, porém, se busca o problema. (SECCHI, 2012)

Decisões tomadas e alinhadas é iniciado a implementação da política utilizando de recursos humanos, materiais, financeiro, tecnológicos e outros, ou seja, sua execução e alcance de resultados. A implementação é como uma governança em rede devido a sua articulação entre uma grande quantidade de atores, dentre estes, destaque para a burocracia que é presente em situação diárias dos atores governamentais inseridos dentro de órgãos públicos. (SOUZA, 2014)

A implementação é um processo que apresenta algumas dificuldades e gargalos, Souza (2014) afirma que estas são interferências principalmente dos processos de formulação de políticas e tomada de decisão devido a quantidade de atores diferentes envolvidos que podem por conflitos de ideias e interesse executaram processos mal elaborados. Além dessas, existem outras diversas barreiras conforme tabela abaixo.

Problema	Descrição
<b>Barreiras políticas (de suporte e autorização)</b>	
<i>Autorização lenta</i>	Planos e mobilização de recursos avançam muito lentamente, devido à existência de múltiplos pontos de veto entre os stakeholders em uma rede, tornando o progresso difícil.
<i>Fraca apoio político</i>	Os planos podem progredir e até mesmo atingir níveis moderados de sucesso na fase de projeto-piloto, enquanto "voam sob o radar" de políticos importantes com interesses opostos, até que o programa comece a ser "ampliado".
<i>Oposição burocrática</i>	Figuras fundamentais na rede de órgãos encarregadas de implementar uma política pública retardam ou sabotam a implementação, devido à baixa prioridade do projeto, falta de incentivos e/ou interesses conflitantes.
<i>Fracos incentivos ao implementador</i>	Os implementadores locais (executivos de coordenação do governo local ou o pessoal de linha de frente de órgãos), que não foram consultados durante a fase de tomada de decisão, não têm adesão ou incentivos adequados para cumprir com as diretivas a partir de seu nível de atuação.
<b>Barreiras de competência analítica</b>	
<i>Missões vagas ou múltiplas</i>	A natureza intersetorial dos planos e da implementação leva ao acobertamento dos objetivos conflitantes ou à não especificação clara das permutas em termos operacionais.
<i>Mudanças de prioridades</i>	Trocas feitas durante a tomada de decisão da política pública – por exemplo, entre as dimensões ambientais e econômicas de um problema – poderão ter de ser reconsideradas em função de mudanças nas condições econômicas e políticas.
<i>Má concepção</i>	Programas sociais ou ambientais que provavelmente não vão funcionar como o esperado, devido a diversos obstáculos deixados sem solução na concepção do programa; a falha está mais do que determinada – ou seja, ela vai ocorrer se qualquer das barreiras for ignorada.
<i>Viabilidade desigual</i>	Diferentes componentes dos planos integrados podem estar operacionalmente ligados – um só pode avançar se todos estiverem juntamente presentes –, sujeitando as operações ao "elo mais fraco".
<b>Barreiras de capacidade operacional</b>	
<i>Limitações de fundos</i>	O envio dos fundos necessários para a implementação dos planos aprovados demora para ser concretizado, impedindo o progresso, enquanto os elementos-chave da situação mudam na prática e/ou os apoiadores iniciais desanimam e abandonam os esforços.
<i>Má estrutura de gestão ou capacidade de coordenação de rede</i>	Precedentes de coordenação deficientes entre os principais órgãos – exacerbados no caso de parcerias intersetoriais – tornam as decisões de rotina lentas e a implementação disfuncional.
<i>Falta de clareza nos planos operacionais</i>	Planos aprovados e financiados são mal administrados devido à má especificação de papéis, responsabilidades e prestação de contas. O problema é muitas vezes agravado por sistemas de supervisão e informação deficientes.

Tabela 1. (Souza, 2014)

Por fim e o mais importante processo, a avaliação da política onde é possível avaliar o sucesso e alcance dos resultados projetados. Essa avaliação pode ocorrer de três formas, *ex ante* (anterior a implementação), *ex post* (posterior a implementação) e *in itinere* (monitoramento). De qual forma for aplicado, esse momento é crucial para a criação do feedback necessário sendo o sucesso do processo podendo ser em questão de: economicidade; eficiência econômica; eficiência administrativa; eficácia; e equidade. Outra métrica utilizada neste momento e de

grande valia são os indicadores que no caso da política pública pode se medir esforços e ou realizações. (SECCHI, 2012)

Conforme tabela abaixo, os principais parâmetros de indicadores segundo Secchi (2012), são:

Absolutos	Históricos	Normativos
metas qualitativas ou quantitativas definidas anteriormente;	valores já alcançados no passado que facilitam uma comparação;	metas qualitativas ou quantitativas estabelecidas com base em um benchmark.

Tabela 2.

A avaliação pode traçar o futuro da política pública, de modo que a mesma pode ser continuada da mesma forma que está, ou ter uma reestruturação marginal de alguns aspectos apenas, ou a extinção da política pública nos casos em que o problema já foi resolvido ou quando não é possível solucionar a questão levantada inicialmente. (SECCHI, 2012)

É válido reforçar que uma política pública não é infinita, ela é finalizada em algum momento. A extinção da política pública é o último momento do ciclo e pode ocorrer por três motivos distintos, pela solução do problema que a originou, pela ineficazes das ações aplicadas ou a problemática mesmo que não resolvida perdeu importância nas agendas. (SECCHI, 2012)

A sintetização de Secchi (2012) sobre o ciclo nos mostra como aplicar conceitos básicos na aplicação de uma política pública, porém, essa aplicação deve ser apenas nos conceitos básicos, conforme Januzzi (2011) o ciclo de políticas públicas não pode ser padronizado, portanto, necessita de uma customização em função do estágio de maturidade dos programas entre outras questões, o que é extremamente válido, afinal, o processo de avaliação inicial existe exatamente por isso, para compreender a problemática.

O processo do ciclo políticas públicas tende a ter como resultado final a criação de programas sociais, estes programas são empreendimentos complexos que envolvem diversas questões como contratação de pessoas, alocação de recursos, adequação de equipamentos. Por

fim podemos observar que a partir de uma problemática existente é necessário seguir o ciclo até chegar a um programa social, isso de forma resumida e objetiva. (JANUZZI, 2011)

## 2.2 Programa Minha Casa Minha Vida

O Programa Minha Casa Minha Vida foi criado em 07 de julho de 2009 pela publicação da lei nº 11.977 onde se dispõe as regras do programa e a regulamentação do PNUH (Programa Nacional de Habitação Urbana). O MCMV tem o objetivo de atender as necessidades de habitação da população de baixa renda, garantindo assim acesso à moradia digna com padrões mínimos de sustentabilidade, segurança e habitualidade. (MANUAL MCMV CAIXA, 2015)

O programa em seu processo de implementação foi subdividido em duas etapas, a primeira fase (2009–2010) tinha como proposta o fornecimento de um milhão de residenciais e no segundo momento (2011-2014) o dobro de moradias. Para prestação de contas, o primeiro momento do MCMV estabeleceu as seguintes diretrizes: (MINHA CASA, 2013)

- pagamento da primeira prestação somente na entrega do imóvel;
- nos casos de financiamento, pagamento opcional de entrada;
- redução do risco do financiamento com o Fundo Garantidor;
- barateamento do seguro;
- desoneração fiscal e de custos cartoriais (MINHA CASA, 2013)

Na segunda fase, foram feitos diversos ajustes no programa mencionado, vale destaque ao ajuste de faixa de rendas a seguir:

RENDA MENSAL FAMILIAR	FAIXA DO MCMV	CARACTERÍSTICA
Até R\$ 1.800,00	FAIXA 1	Até 90% de subsídio do valor do imóvel. Pago em até 120 prestações mensais de, no máximo, R\$ 270,00, sem juros.
Até R\$ 2600,00	FAIXA 1,5	Até R\$ 45.000,00 de subsídio, com 5% de juros ao ano.
Até R\$ 4000,00	FAIXA 2	Até R\$ 27.500,00 de subsídio, com 6% a 7% de juros ao ano
Até R\$ 9000,00	FAIXA 3	8,16% de juros ao ano

Tabela 3 – Faixa de Renda (GOV, 2020)

Além das regras aplicadas a faixa de renda, outros critérios nacionais foram estruturados com o intuito de maior inclusão de grupos marginalizados na sociedade, desse



modo as famílias com mulheres resonsáveis pela unidade, famílias com deficientes, famílias situadas em locais de risco ou insaluberes. (MINHA CASA, 2013)

Dentre as faixas do programa, vale destacar a faixa 1 que abrange a renda familiar mesal até R\$ 1.800,00, essa destaque foi baseado no déficit habitacional que atingia o Brasil de acordo com o censo demográfico de 2010 que afetava 7,1 milhões de unidades, deste total de deficit, 71% corresponde a famílias com renda mensal de até três salário mínimos (R\$ 1.530, na ocasião). (MINHA CASA, 2013)

O objetivo central do programa sempre foi a moradia a população de baixa renda, porém, também houve um impactado positivo na economia, gerando inicialmente em torno de R\$ 35 bilhões por ano em média com renda e poder de compra em itens de construção civil. (MINHA CASA, 2013)

Por fim, é importante reforçar que o MCMV não existe mais no regramento apresentado acima, após a publicação da Lei 14.118/21 o programado foi substituído pelo Minha Casa Verde e Amarela que apresenta diferenças nas faixas de renda, taxas de juros, a criação de linha de crédito para reformas, entre outras que não cabem a serem apresentados no momnto.

### **2.3 Programa Bolsa Família**

O Programa Bolsa Família (PBF) foi criado após a publicação da Lei Nº. 10.836 de 09 de janeiro de 2004 e se consiste em transferência direta de renda com condicionalidades, voltado para famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. As famílias praticantes recebem mensalmente recursos financeiros do Governo Federal e em contrapartida, assumem o compromisso de manter as crianças e adolescentes de 6 a 17 anos na escola e fazer o acompanhamento de saúde de crianças menores de 7 anos, grávidas e mães que estão amamentando, sendo que, esses compromissos visão também o exercício dos direitos sociais das famílias. (BRASIL, 2004)

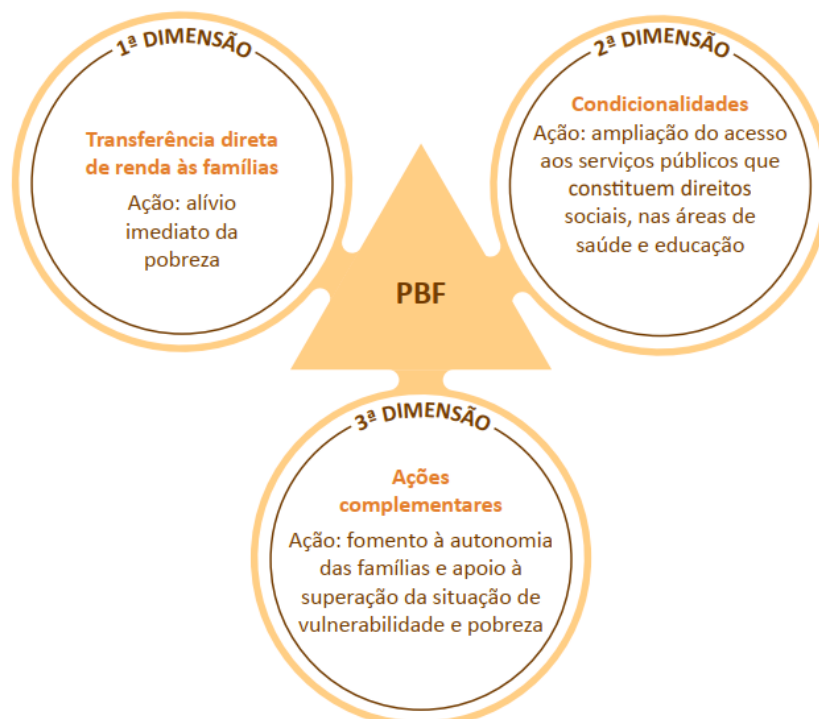
O programa trabalha em sintonia com a constituição de 1988 no que tange ao enfrentamento da pobreza e da desigualdade social, a proteção social à família, a intersetorialidade e a inclusão social, portanto podemos afirmar que o PBF contribui para:

(BRASIL, 2004)

- combater a fome e incentivar a segurança alimentar e nutricional;
- promover o acesso das famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza à rede de serviços públicos, em especial os de saúde, educação e assistência social;
- apoiar o desenvolvimento das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza;
- enfrentar a pobreza e a desigualdade;
- incentivar órgãos e instâncias do poder público a atuarem de forma articulada na promoção e implementação de políticas sociais que contribuam para a superação da situação de pobreza das famílias atendidas pelo Programa. (SEADES, 2022)

O Bolsa Família em sua criação também veio com um papel fundamental de unificação de programas já existentes tais como Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio-Gás e Cartão Alimentação. A unificação permitiu atender a mais famílias em todo o país além de evitar que muitas famílias recebessem vários benefícios enquanto outras não recebiam nenhum recurso. (MDS, 2018)

Para a efetividade do programa ele se articula em três dimensões, sendo elas: Transferência direta de renda a famílias; Condicionalidades; e Ações complementares.



Fonte: Curso de Operacionalização do Programa Bolsa Família/MDS.

Figura 2

Por muito se falou sobre o programa, mas afinal quem tem o direito de receber os benefícios do Bolsa Família? O acesso ao programa é concedido as famílias que: estão cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) e possuem renda mensal per capita (por pessoa) de até R\$ 140,00 (cento e quarenta reais) além destas questões há três processos regulamentados pela Portaria GM/MDS nº341, de 07 de outubro de 2008: Habilitação; Seleção e Concessão. (SEADES, 2022)

Conforme mencionado acima, as inscrições no CadÚnico são verificadas para habilitação, o cadastro é destacável pela territorialização das famílias e identificação de vulnerabilidades o que diretamente impacta na possibilidade de políticas públicas. Além claro de ser a garantia de acesso da população a serviços públicos de qualidade e necessidade. (MDS, 2018)

Portanto, para melhor exemplificação segue tabela de acordo com as informações apresentadas pela Secretaria do Estado de Alagoas, sobre o programa bolsa família de acordo com as informações do Ministério do Desenvolvimento Social:

Habilitação	Seleção	Concessão
É verificado se as famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) atendem aos critérios de elegibilidade do Programa Bolsa Família, tornando-se aptas à seleção e à concessão de benefícios.	No processo de seleção é definida a quantidade máxima de famílias por município que poderão ingressar no PBF em determinada folha de pagamento.	São o processo que identifica individualmente cada uma das famílias que ingressarão no PBF em determinada folha de pagamento.

Tabela 4

O programa do bolsa família tem como objetivo atender as necessidades de desenvolvimento das famílias podendo assim auxiliar na superação da situação de pobreza e vulnerabilidade que impacta no mapa da fome do país e principalmente na precariedade e

extrema pobreza de sua população. (MDS, 2018)

## 2.4 Programa Banco de Alimentos

Os Bancos de Alimentos são uma iniciativa de abastecimento que visa combater a fome e a insegurança alimentar por meio da arrecadação de doações de gêneros alimentícios que seriam desperdiçados ao longo da cadeia produtiva. (MDS, 2015)

A Rede Brasileira de Bancos de Alimentos (RBBA) foi instituída em 2016 pela Portaria nº 17, de 14 de abril de 2016, do então Ministério do Desenvolvimento Social, e fortalecida pelo Decreto nº 10.490, de 17 de setembro de 2016, após uma estratégia da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), instituída pelo Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010. O conceito das RBBA é:

§ 1º Bancos de alimentos são estruturas físicas ou logísticas que ofertam o serviço de captação ou de recepção e de distribuição gratuita de gêneros alimentícios oriundos de doações dos setores público ou privado a:

- I. instituições públicas ou privadas prestadoras de serviços de assistência social, de proteção e de defesa civil;
- II. instituições de ensino;
- III. unidades de acolhimento institucional de crianças e adolescentes;
- IV. penitenciárias, cadeias públicas e unidades de internação;
- V. estabelecimentos de saúde; e
- VI. outras unidades de alimentação e de nutrição (BRASIL, 2020, art. 1º)

Para além do conceito é importante destacar os objetivos dos bancos de alimentos que são o combate às perdas e desperdícios de alimentos por meio da reintrodução desses alimentos na cadeia de abastecimento, a garantia da segurança alimentar e nutricional com o objetivo de contribuir para o direito à alimentação adequada e saudável da população beneficiária e a realização da educação alimentar e nutricional com vistas a qualificar agenda de promoção da alimentação adequada e saudável. (MDC, 2020)

O esquema abaixo elaborado pelo Ministério da Cidadania (2020), para a Guia Operacional Gestão de Banco de Alimentos busca apresentar de forma didática e clara como

estes se articulam para o alcance de seus objetivos.

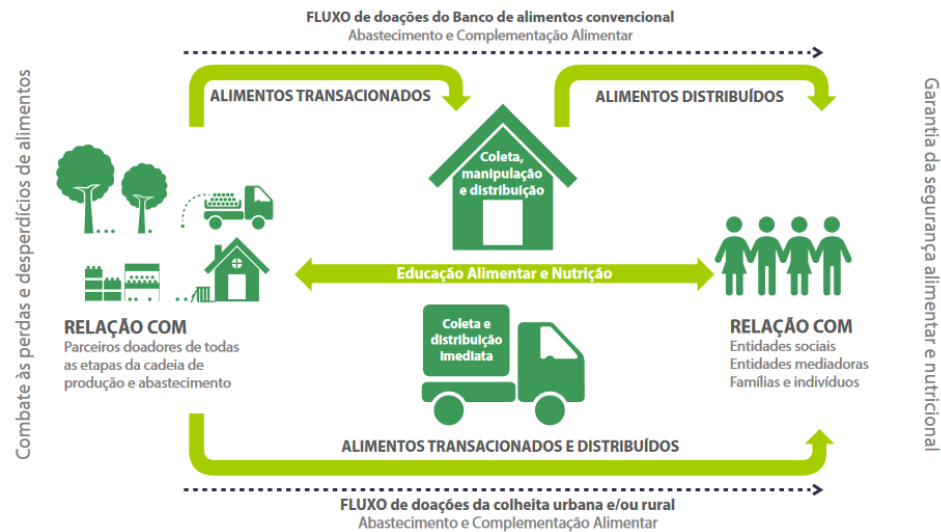


Figura 4.

## 2.5 Mobilidade Urbana

Mobilidade urbana é a forma de deslocamento de bens e pessoas no espaço urbano, e desse modo a política voltada a essa intenção orienta e coordena esforços, ações e investimentos para garantir diversos direitos a cidade e direitos aos cidadãos e para tal as ações são pautadas pela Lei nº 12.587/2012.

No município de Lavras a mobilidade urbana é regida pelo Plano de Mobilidade Urbana (Lei nº 014/2018) que tem como princípios nortear o transporte inserido em contexto mais amplo, associação direta ao Plano Diretor, sustentabilidade, participação social, e renovação. O PlanMob Lavras (Plano de Mobilidade Urbana de Lavras) tem enfoque estratégico pensando em cenários futuros para o município de modo que seja estabelecido diretrizes gerais dos sistemas e ações a sua implementação.

Constituído em 2018, o PlanMob Lavras tem ações previstas em até 10 anos, sendo estas de curto (2018 a 2020), médio (2021 a 2025) e longo prazo (2026 a 2028). E as diretrizes são:

“I. Garantir a diversidade das modalidades de transporte, respeitando as especificidades locais e regionais, priorizando o transporte coletivo – que é estruturante – sobre o individual, os modos não motorizados e valorizando o pedestre;

II. Estar em perfeita consonância com o Plano Diretor,

constituindo-se instrumento importante de controle e ordenamento da expansão urbana, da universalização do acesso à cidade, da melhoria da qualidade ambiental, e do controle dos impactos no sistema de mobilidade gerados pela ordenação do uso do solo;

III. Garantir a ampla participação e o máximo envolvimento da sociedade em todas as suas etapas, desde a população usuária até os principais agentes econômicos e políticos locais;

IV. Garantir que a gestão da Mobilidade Urbana ocorra de modo integrado com o Plano Diretor;

V. Propor programas, projetos e ações para:

- a infraestrutura da circulação motorizada e não motorizada das pessoas e das mercadorias, incluindo: calçadas, travessias, passarelas, passagens inferiores, escadarias, ciclovias, terminais de ônibus, estacionamentos públicos, pistas de rolamento, viadutos, túneis e demais elementos físicos;
- a funcionalidade da circulação, definindo as regras de apropriação da infraestrutura viária pelos diferentes modos de transporte e a regulamentação de seu uso, expressando prioridades;
- a delimitação dos espaços de circulação dos modos de transporte, incluindo as prioridades;
- a regulação da relação com os agentes privados, provedores de serviços de transporte e
- o disciplinamento do uso público dos espaços de circulação.

VII. Ter como principal objetivo proporcionar o acesso de toda a população às oportunidades que a cidade oferece com a oferta de condições adequadas ao exercício da mobilidade da população e da logística de circulação de bens e serviços, devendo os seus produtos refletir a preocupação com:

- a ampliação da mobilidade da população, principalmente de baixa renda, em condições qualificadas e adequadas;
- a oferta de condições adequadas para prestação de serviços e a circulação das mercadorias que abastecem o comércio, dos insumos que alimentam as indústrias, dos produtos por elas gerados e das cargas em geral que circulam nas cidades, de forma a contribuir para a eficiência do processo econômico e
- a melhoria da qualidade de vida urbana e dos padrões de sustentabilidade das cidades;
- a mitigação dos custos ambientais, sociais e econômicos dos deslocamentos de pessoas e cargas;
- a melhoria na acessibilidade e qualidade das calçadas como forma de incentivo ao uso do modal pedonal e
- a melhoria da arborização urbana atenuando as elevadas temperaturas como forma de incentivo às caminhadas.

VIII. Promover campanhas educativas em escolas, universidades, empresas, órgãos públicos e instituições com intuito de inserir a população à nova realidade que o tema evoca, otimizando os investimentos e os esforços públicos e promovendo novas parcerias público-privadas:

- a ampliação da mobilidade da população, principalmente de

baixa renda, em condições qualificadas e adequadas;

- a oferta de condições adequadas para prestação de serviços e a circulação das mercadorias que abastecem o comércio, dos insumos que alimentam as indústrias, dos produtos por elas gerados e das cargas em geral que circulam nas cidades, de forma a contribuir para a eficiência do processo econômico e
- a melhoria da qualidade de vida urbana e dos padrões de sustentabilidade das cidades.

## 2.5 Governança Pública

Historicamente o momento em que os proprietários começaram a gerir à distância seus bens, propriedades e investimentos delegando a outros autoridade e poder para administrar foi o início da governança. (BRASIL citado por TEIXEIRA e GOMES, 2019)

Para aprofundar no conceito da governança pública é primordial entender o que de fato é esse conceito no privado, portanto, a governança é o ato de gerir bens em distanciamento dos proprietários alinhando-se as expectativas destes. As ações, monitoramento, controle ou qualquer outras tomadas de decisões para o alcance dos objetivos é um modo de aplicar a governança. A aplicabilidade em questões organizacionais da governança se estende as organizações públicas, nesse caso o alinhamento de informações é realizado entre os cidadãos e os gestores públicos. (TEIXEIRA e GOMES, 2019)

Dentro da Guia de Política de Governança Pública (2018), a conceituação é:

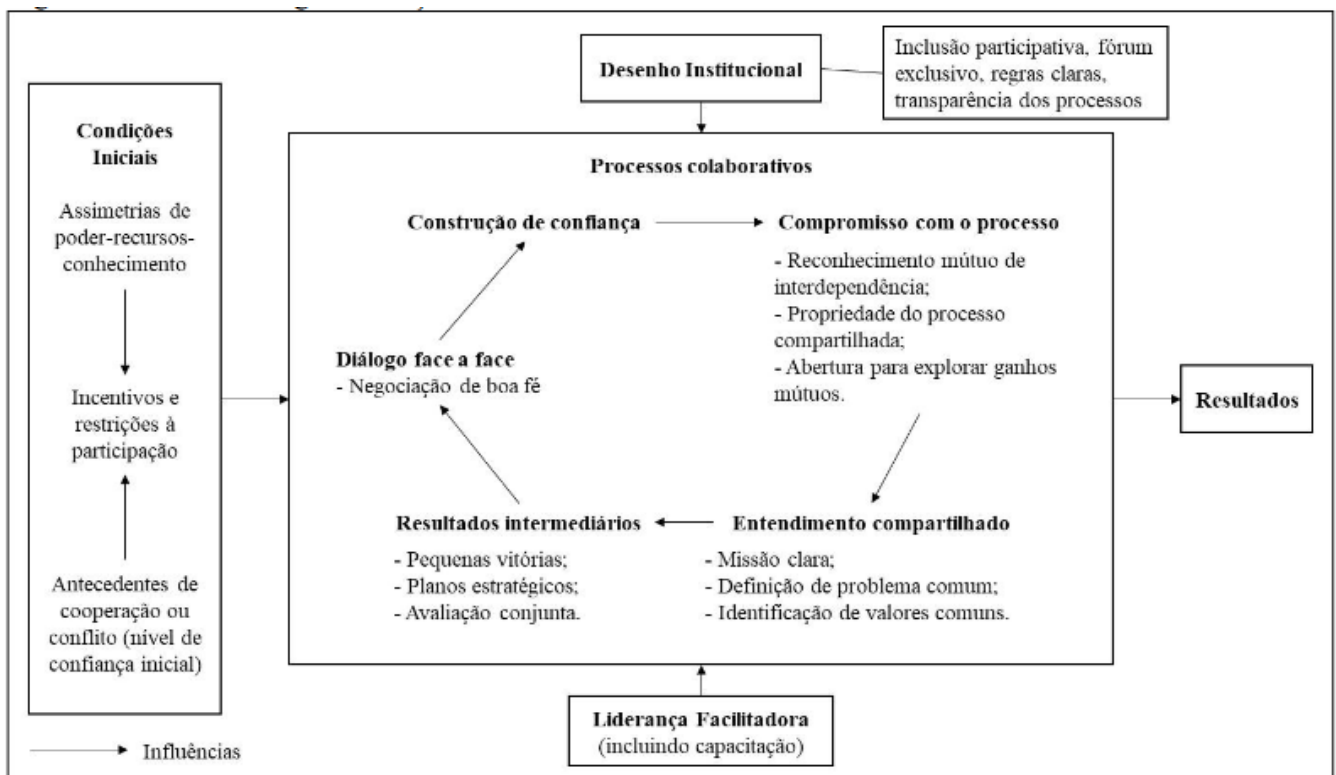
“Seja explícita ou implicitamente, os governos têm uma política de governança. Ou seja, eles possuem um conjunto de políticas que são combinadas para estruturar como o governo funciona internamente e em relação ao público. Assim, é importante deixar evidente essa política de governança para que os indivíduos que trabalham no setor público compreendam claramente seus direitos e responsabilidades. Da mesma forma, é fundamental que o cidadão esteja ciente do que deve esperar do setor público para que possa defender seus próprios direitos.” (CGU, 2018)

De acordo com Secchi (2009) conceituação do termo em questão é de grande complexidade proporcionalmente a quantidade de organizações e atores existentes e envolvidos dentro da sociedade em discussão do público. De forma mais objetiva e direta, a governança

pública é a relação de poder entre os atores envolvidos (cidadãos, governantes e gestores) que busca o bem estar social acima dos interesses de cada ator individual. (MATIAS-PEREIRA, 2010)

Segundo, Andrade (2019) a governança colaborativa parte da afirmativa que as qualidades de relações sociais de determinada localidade têm efeito na vida social desses, o autor citando Fabricius et al (2007) complementa que é permitido a implementação de estratégias relacionadas a liderança e visão, redes de conhecimento, políticas facilitadoras e outros fatores.

Ansell e Gash (2007) foram responsáveis pela proposição de um modelo analítico de governança por meio dos estudos realizados não apenas com um caso descritivo, mas sim com um estudo de mais de 100 casos de forma sistemática. O modelo de governança colaborativa apresentado por estes, conta com 5 elementos principais sendo: as condições iniciais de colaboração; o desenho institucional; a liderança facilitadora; os processos colaborativos; e os resultados. Andrade (2019) traduziu e simplificou o modelo da seguinte forma:



Fonte: Traduzido de Ansell e Gash (2007, p. 550).

Dentro desse modelo Andrade (2019) conclui que é possível chegar aos resultados



esperados como ampliação de participação democrática, envolvimento de atores da sociedade em discussões, ampliação de comunicação entre a governo e a sociedade ou desenvolver formas de soluções de problemas.

### 3. METODOLOGIA

Segundo o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX) a extensão universitária é um “processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade” (FORPROEX, 2012)

Com a evolução de conceitos e estudos, um projeto de extensão pode ser executado de suas maneiras distintas, de forma voltada para a sociedade ou desenvolvida com a sociedade. A concepção de para a sociedade parte do principio de a Universidade produzir conhecimento e a extensão transmitir até a sociedade como um todo. Já na concepção de extensão com a sociedade a universidade por meio da extensão em atividades conjuntas a sociedade produz o conhecimento mútuo. (PROEX – Unesp, 2017)

Um projeto de extensão para a sua formulação segundo Nogueira (2000) e abordado na FORPROEX se baseia em 5 diretrizes sendo as seguintes:

- Interação Dialógica,
- Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade
- Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão,
- Impacto na Formação do Estudante, e
- Impacto e Transformação Social

Importante também que toda a prática ao amparar determinados grupos sociais não confronte outros e que a todo momento a busca seja para contribuir para o desenvolvimento social como um todo. (PROEX – Unesp, 2017)

De forma simples e objetiva, a interação dialogica é a troca de saberes entre universidade e sociedade em busca de produção de um novo conhecimento. Interdisciplinaridade e interprofissionalidade traz consigo uma visão a extensão de que a complexidade existente no

social deve ser levada em consideração em cada momento, não de se basear em um todo sem avaliar as particularidades dos objetivos e objetos dessas ações. (FORPROEX, 2012)

Continuando sobre as diretrizes, a Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão é uma forma de reforçar a extensão como um processo acadêmico válido, de modo que sua efetividade está atrelada ao processo de ensino (formação) e a pesquisa (conhecimento), portanto, no projeto de extensão o aluno é o protagonista da formação técnica e cidadã fazendo com que uma nova “sala de aula” ganhe notoriedade. Com o surgimento de uma nova sala de aula, o projeto de extensão traz um grande impacto na formação do estudante tanto pela ampliação dos universos de referências e, ou pelo contato direto com questões contemporâneas que o possibilitam de aplicar o teórico ao real. (FORPROEX, 2012)

Na construção de um projeto de extensão é necessário que as atividades sejam realizadas com a sociedade conforme já abordado, neste caso a sociedade foi limitado ao Centro de Referência de Assistência Social Cohab que fica localizado R. Paulo Costa Pereira, 651, Vila Paraíso, zona norte da cidade de Lavras, Minas Gerais. O Cras em questão é responsável pelo atendimento de 15 bairros, sendo eles o Conjunto Habitacional Cidade Nova, Conjunto Habitacional Alto dos Ipês, Conjunto Habitacional Residencial Vista do Lago, Conjunto Habitacional Judith Candido Andrade, Jardim Europa, Lavrinhas, Nossa Senhora de Lourdes I e II, Vila Mariana, Vila Paraíso, Conjunto Residencial Caminhos das Águas I e II, Julio Sidney Pinto e Nova Era.

O Cras tem como objetivo “desenvolver as potencialidades, o protagonismo e a autonomia dos indivíduos”, portanto, a população em situação de vulnerabilidade encontra no local o principal elo entre o cidadão e os serviços de assistência social. Para atingir o seu objetivo, o Cras Cohab conta com hoje 8 funcionários e oferece diversos serviços, além claro de programas específicos como aulas de violão. (PORTABILIS, 2022)

Dentre tantos residenciais existentes na cidade, a escolha pelo residencial Vista do Lago foi devida primeiramente ao fato de ser um local novo, contando a entrega das chaves aos moradores até ano atual de 2022 são apenas 5 anos de existência, sendo destes 3 nos em pandemia mundial que dificultou a comunicação como um todo, em segundo a identificação particular da pesquisadora por ter participado antes de outros projetos no local foi também crucial na escolha. Buscando entender melhor o funcionamento do local e suas carências devido a pandemia de não foi possível ter contato pessoal com o Coordenador Geral do Cras Cohab o

contato online não foi satisfatório a ponto de se construir uma idealização dos problemas, portanto, para a estruturação do trabalho foi utilizado documentos da empresa júnior Alfa Pública Consultoria Júnior em Gestão do curso de Administração Pública da Universidade Federal de Lavras que são resultados do Projeto Técnico Social realizados no residencial para a entrega das casas e socialização inicial.

Para a estruturação de conhecimento sobre os assuntos necessários e o objeto de estudo foi necessário a utilização de pesquisa documental e pesquisa bibliográficas. Segundo Marconi (2003), a pesquisa documental é feita pela coleta de dados de fontes primárias, nesse caso acesso de documentos de arquivos públicos, publicações administrativas, documentos de arquivos privados e contratos, sendo que as informações do objeto de estudo vieram principalmente por meio dessas.

As revisões bibliográficas estudadas e apresentadas foram os caminhos para o contato direto com os temas necessários, tanto para uma base de conhecimento sólida quanto para inovar dentro dos temas pesquisados de modo que, o projeto de extensão tivesse uma estrutura rica e embasada em prol do retorno a sociedade. (MARCONI, 2003)

Diante dos resultados encontrados nos documentos da empresa júnior, o retorno superficial do Cras e os poucos anos de convívio presencial do residencial com atores públicos foi possível constatar a possibilidade de carência de informações básicas existente no local. Os moradores do local em sua maioria são adultos e com pouca escolaridade, o que causa pouca familiaridade com recursos digitais e comunicação virtual, sendo essa a comunicação adotada.

No referencial apresentado acima dentro do processo de implementação a comunicação entre Estado e sociedade é uma possível problemática e com as informações levantadas é constatado no residencial com o intuito de criar mecanismos para facilitar a operacionalização e o acesso aos serviços.

## **4. RESULTADOS**

### **4.1 Folder direcionada aos moradores**

O folder direcionado aos moradores foi estruturado com informações consideradas de relevância ao público alvo. Conforme a imagem 1 é possível ver a capa com uma imagem de

destaque do próprio residencial com o intuito de trazer a sensação de lar e pertencimento aos moradores, a contracapa traz contatos e endereços úteis e a última folha traz informação sobre o itinerário de transporte público que atende ao residencial afim de abordar mobilidade urbana de forma direta e explicativa, sem explicações teóricas.

### Imagem 1

**Conhecimento só  
ganha valor quando  
é compartilhado.**

MARCOS LENINE

#### CONTATOS ÚTEIS

- (35) 3694-4001 - Prefeitura Municipal
- (35) 3694-2086 - Secretária de Educação
- (35) 3694-4125 - Ouvidoria Municipal
- (35) 3826-6209 - CRAS Cohab
- (35) 3826-6195 - Banco de Alimentos
- (35) 3694-4151 - Programa Bolsa Família
- (35) 3822-1250 - Unidade de Acolhimento
- (35) 3822-3346 - AME Norte
- (35) 3821-9845 - UPA
- (35) 3694-4167 - PSF Caminho das Águas

#### ENDEREÇOS ÚTEIS

CRAS COHAB - Rua Paulo Costa Pereira, 651 - Vila Paraíso

BANCO DE ALIMENTOS - R. João Gonçalves Godinho, 195 - Jardim Europa

PSF Caminho das Águas - R. Pedestres, 40, Residencial Caminho das Águas



#### SENTIDO COLINAS DA SERRA

##### DIAS ÚTEIS

Início: 05:30 / Fim: 23:35

intervalo de 10 minutos entre novas partidas

#### SENTIDO VISTA DO LAGO

##### DIAS ÚTEIS

Início: 05:00 / Fim: 23:00

intervalo de 15 minutos entre novas partidas

Informações de ruas atendidas e horários de finais de semana podem ser consultadas pelo aplicativo Meu Buse ou pelo endereço <http://meubuse.com.br/horarios>

**RESIDENCIAL  
VISTA DO  
LAGO**



A imagem 2 é toda a parte interna da cartilha, portanto, sua estrutura é voltada para o conteúdo informativo mais elaborado. Inicialmente é repassado informação sobre o programa bolsa família, o que é, suas condicionalidades e como entrar no programa e posteriormente uma breve explicação do que é o programa minha casa minha vida sendo que neste a informação não é tão detalhada devido a ser subentendido que os moradores do residencial já o conhecem.

Por último é informado sobre o programa do banco de alimentos, o que é, informações sobre o banco da cidade, como doar e como ser beneficiado com este. As imagens disponíveis na parte inferior das dos locais do PSF Caminho das Águas, CRAS Cohab e o banco de

alimentos, locais públicos que são de grande valia aos moradores.

## Imagem 2

### Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família (PBF) foi criado após a publicação da Lei N.º. 10.836 de 09 de janeiro de 2004 e se consiste em transferência direta de renda com condicionalidades, voltado para famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país.

#### Condicionalidades

- matricular e garantir a frequência mínima de 85% nas aulas para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos e de 75% para jovens de 16 e 17 anos.
- fazer o acompanhamento do pré-natal.
- cumprir o cronograma de vacinação das crianças menores de 7 anos, de acordo com as instruções do Ministério da Saúde (MS).
- acompanhar o crescimento e desenvolvimento (peso e altura) das crianças menores de 7 anos, conforme o calendário estipulado pelo MS

#### CRITÉRIOS PARA ENTRAR NO BOLSA FAMÍLIA: QUEM

##### PODE PARTICIPAR DO PROGRAMA?

Podem participar do PBF as famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza que estejam inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único).

### Programa Minha Casa Minha Vida

O programa tinha o objetivo de atender as necessidades de habitação da população de baixa renda, garantindo assim acesso à moradia digna com padrões mínimos de sustentabilidade, segurança e habitualidade. Atualmente foi substituído pelo Programa Minha Casa Verde Amarela.

### Programa Banco de Alimentos

Os Bancos de Alimentos são uma iniciativa de abastecimento que visa combater a fome e a insegurança alimentar por meio da arrecadação de doações de gêneros alimentícios que seriam desperdiçados ao longo da cadeia produtiva.

### Banco de Alimentos Em Lavras

Atualmente, o Banco possui 19 entidades cadastradas e atende as famílias em situação de vulnerabilidade que são encaminhadas pelos CRAS.

#### COMO DOAR?

O Banco fica na Rua João Gonçalves Godinho, nº195, Jardim Europa e funciona de segunda a sexta, das 8hrs às 17hrs. As doações podem ser deixadas no local.

#### COMO RECEBER?

É preciso procurar o CRAS Cohab para receber informações de como é feito o cadastro para.



## 4.2 Folder direcionada ao Cras Cohab

O folder direcionado aos Cras Cohab foi estruturado com informações mais teóricas e de cunho educacional. Conforme a imagem 1 é possível ver a capa com uma imagem de destaque do local onde está instalado o Cras, a contracapa já aborda o conteúdo de ciclo de políticas públicas no intuito de caso não seja de o conhecimento do leitor entender o surgimento de programas e políticas, já na última página podemos ver contatos e endereços úteis de setores e programas da Universidade Federal de Lavras no intuito de caso seja do interesse de algum gestor do local ser feito esse contato em busca de parcerias.

## Imagem 1

### Ciclo de Políticas Públicas

O ciclo de políticas públicas é um recurso utilizado para organizar as ideias, ou seja, auxilia que a complexidade de uma política pública seja simplificada. Inicialmente é necessário a identificação do problema, no caso de um problema público, é compreender a diferença entre o que é aquilo e o que se gostaria que fosse a realidade, no caso da questão pública ela pode surgir de três formas, imediatamente como catástrofe natural, progressivamente como o congestionamento nas cidades e persistente com a favelização das periferias em grandes cidades. (SECCHI, 2016)



#### CONTATOS ÚTEIS

Faculdade de Ciências Sociais  
Aplicadas: (35) 3829-1037/1038

Alfa Pública Consultoria Júnior - (35)  
3829-1764

INCUBACOOP - (35) 3829-1758

Os contatos acima são de departamentos e programas da  
Universidade Federal de Lavras que podem auxiliar em  
parcerias ou orientações

Centro de  
Referência de  
Assistência  
Social - Cohab



A imagem 2 segue a mesma lógica da cartilha desenvolvida aos moradores, portanto, sua estrutura também é voltada para o conteúdo informativo mais elaborado. Primeiramente trazemos o conceito de governança pública para que o leitor se familiarize com a idealização de mecanismos de controle e melhoria de gestão pública, em seguida é abordado os tipos de políticas públicas em uma imagem mais colorida para chamar a atenção do leitor sendo o intuito nesse a possibilidade de o gestor conseguir separar os tipos de políticas existentes.

Por fim é abordado sobre o mapeamento de processos como uma junção do conceito de governança pública a uma atividade que pode ser aplicada o conceito explicado anteriormente, não necessariamente essa ferramenta é usada para tal, porém, pode auxiliar ao

gestor a identificar os problemas existentes no local ou se interessar em tentar aplicar. Por fim, vale destacar a colocação das imagens do residencial Vista do Lago que desperta o sentido visual do leitor fazendo com que possivelmente ao tentar aplicar os ensinamentos pense logo no local da imagem.

## Imagem 2

### Governança Pública

Segundo o TCU pelo decreto nº 9.203 (2017) a governança pública é o "conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade". De acordo com o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (2015), é um sistema de gestão, de modo que, as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, para além desse pensamento é válido salientar que não apenas as organizações como um todo, mas também seus processos individuais cabem o conjunto de governança pública.

### Tipos de Políticas Públicas

Gianezi, et al. (2016)

### Mapeamento de Processos

Mapeamento de Processos identifica todas as etapas, partes envolvidas, objetivos, decisões e fluxo de um processo existente.

**CPOR QUE MAPEAR PROCESSOS?**

Peter Drucker disse que "se você não pode medir, não pode gerenciar". Um dos principais benefícios do Mapeamento de Processos é que ele permite que a empresa mensure seus projetos. Utilizando a lógica de Drucker: ao conseguir medir um processo você estará apto a gerenciá-lo de maneira muito mais eficiente e, com isso, de melhorá-lo.

**COMO MAPEAR PROCESSOS?**

- Entenda o processo
- Identificação do problema
- Estabeleça as fronteiras
- Determine e sequencie as etapas
- Desenhe símbolos básicos do fluxograma
- Finalize o fluxograma do processo
- Monitore constantemente

Neomind (2018)

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das revisões bibliográficas e pesquisas documentais realizadas, obtivemos retornos a respeito das políticas públicas e programas sociais de mobilidade urbana, bolsa família, Banco de Alimentos e Minha Casa, Minha Vida. Portanto, foi possível descrever essas de forma clara e didática em busca de um melhor entendimento tanto para a construção do projeto quanto para o leitor.

Para melhor entender os objetos de estudo, nesse caso o Cras Cohab e o Residencial Vista do Lago, conforme mencionado foi encontrado problemáticas diante da pandemia

mundial, entretanto, foi consultado outras fontes de informações e elaborado o estudo de outra forma para que se pudesse ter estrutura para a criação dos folders.

Mesmo com as limitações expostas, foi construído um folder de orientação para os/as moradores com foco nos programas sociais e outro para o CRAS com foco em governança pública. Neste ponto o resultado alcançado foi até mais que o esperado, foi possível abordar em ambos pontos importantes para cada público e também alterar a linguagem para que o de orientação aos moradores fosse mais direto e didático como também abordar conteúdo útil para o dia a dia, já no direcionado ao CRAS o intuito foi de trazer conceitos teóricos para fim de um conhecimento maior aos gestores e despertar o interesse em aprofundamento sobre.

A expectativa é que com a distribuição dos folders elaborados a comunicação entre Cras e residencial tenha uma melhora significativa, que os moradores do residencial que não forem cadastrados no CadÚnico o façam para participar do Programa Bolsa Família e que aqueles neste momento se encontrem com dificuldades financeiras consiga cadastro no Programa Bolsa de Alimentos para uma alimentação adequada, para além, que as informações a respeito do horário de transporte público tenha valia em relação a mobilidade principalmente a deslocamento para acesso a programas sociais.

Em relação ao folder direcionado ao CRAS a expectativa é que os gestores do local tenham o interesse em se aprofundar e aplicar as melhorias nas atividades executadas por eles, para que dessa forma o funcionamento dos serviços e programas sejam sempre mais qualificados e capacitados para a melhoria do bem estar social.

Por fim, a proposta do projeto de extensão acima foi inicialmente pensado no Residencial Vista do Lago por ser o último conjunto da cidade distribuído pelo Programa Minha Casa Minha Vida, porém a perspectiva é que seja aplicado uma pesquisa no local após a pandemia para que de fato se possa apurar se teve uma quantidade significativa de famílias beneficiadas com as informações, caso a resposta seja positiva o intuito é junto com o Cras distribuir o folder também nos conjuntos habitacionais próximos para que mais famílias tenham conhecimentos essenciais.



## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Raphael de Jesus Campos de. Modelo analítico de governança colaborativa e adaptativa de problemas perversos em sistemas sócio-ecológicos. 2019. Acesso em: 28 de abril de 2022.

ANSELL, C.; GASH, A. Collaborative governance in theory and practice. *Journal of public administration research and theory*, v. 18, n. 4, p. 543-571, 2007. Acesso em: 26 de abril de 2022.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Acesso em: 14 de março de 2022.

BRASIL. Decreto Nº 7.272, de 25 de Agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN. Brasília – DF, 2010. Acesso em: 31 de março de 2022.

BRASIL. Lei Federal. Lei número 14.118/21 de 12 de janeiro de 2021. Disponível em <[https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.118-de-12-de-janeiro-de-2021-298832993#:~:text=1%C2%BA%20%C3%89%20institui%C3%ADdo%20o%20Programa,quatro%20mil%20reais\)%2C%20associado%20ao](https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.118-de-12-de-janeiro-de-2021-298832993#:~:text=1%C2%BA%20%C3%89%20institui%C3%ADdo%20o%20Programa,quatro%20mil%20reais)%2C%20associado%20ao)> Acesso em: 10 de março de 2022.

BRASIL. LEI Nº 10.257 de 10 de julho de 2001, Estabelece as diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Poder Executivo, Brasília, 10 de jun. 2001. Acesso em: 14 de março de 2022.

BRASIL. LEI Nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional –SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial (da República Federativa do Brasil), Brasília, DF, 18 set. 2006e. Acesso em: 09 de março de 2022.

BRASIL. LEI Nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012. Política Nacional de Mobilidade Urbana. Planalto. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12587.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12587.htm) Acesso em: 20 de março de 2022.

BRASIL. LEI Nº 14.016, de 23 de junho de 2020. Dispõe sobre o combate ao desperdício de alimentos e a doação de excedentes de alimentos para o consumo humano. Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 119, 24.jun.2020. Seção 1, p. 2. Acesso em: 25 de março de 2022.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Governo Federal Fortalece a Rede Brasileira de Bancos de Alimentos. Notícias e Conteúdos. <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/governo-federal-fortalece-a-rede-brasileira-de-bancos-de-alimentos>, Setembro, 2020. Acesso em: 01 de abril de 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate À Fome. Portaria Nº 17, de 14 de Abril de 2016: Institui a Rede Brasileira de Bancos de Alimentos. Brasília – DF, 2016<sup>a</sup>. Acesso em: 24 de março de 2022.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. Formulação de políticas públicas. 2018. Acesso em 26 de abril de 2022.

CIVIL, Casa et al. Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009. 2009. Acesso em: 24 de março de 2022. 02 de abril de 2022.

DE MARTINO JANNUZZI, Paulo. Avaliação de programas sociais no Brasil: repensando práticas e metodologias das pesquisas avaliativas. **Planejamento e políticas públicas**, n. 36, 2011. Acesso em: 07 de março de 2022.

OLIVEIRA, Denis Renato de. Unidades de Atendimento Integrado (UAI): um estudo de políticas públicas para o fortalecimento da cidadania no estado de Minas Gerais. 2014. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Acesso em: 01 de Maio de 2022

Decreto nº 5.209 de 17 de setembro de 2004. Regulamenta a Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, DF, 17 de set. de 2004. Acesso em: 17 de março de 2022.

Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017. Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm).> Acesso em: 24 de março de 2022.

DYE, Thomas D. Understanding Public Policy. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall. 1984. Acesso em: 09 de março de 2022.

FABRICIUS, C. et al. Powerless spectators, coping actors, and adaptive co-managers: a synthesis of the role of communities in ecosystem management. *Ecology and Society*, v. 12, n. 1, 2007. Acesso em: 25 de abril de 2022

FEDERAL, CAIXA ECONÔMICA. Programa Minha Casa Minha Vida: Entidades recursos FDS. 2015. Acesso em: 17 de março de 2022.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS (FORPROEX). Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus, AM, 2012. Acesso em: 04 de abril de 2022

GIANEZINI, Kelly et al. POLÍTICAS PÚBLICAS: definições, processos e constructos no século XXI. *Revista de políticas públicas*, v. 21, n. 2, p. 1065-1084, 2017. Acesso em: 30 de abril de 2022

Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBCG). Código das melhores práticas de governança corporativa. 5. ed. São Paulo: IBCG, 2015. Acesso em: 02 de abril de 2022

IPEA. Cartilha Programa Minha Casa Minha Vida. IPEA, 2013. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/131114\\_ifh\\_castilha\\_minha\\_casa.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/131114_ifh_castilha_minha_casa.pdf)> Acesso em: 15 de março de 2022.

LASWELLLaswell, H.D. *Politics: Who Gets What, When, How*. Cleveland, Meridian Books. 1936/1958. Acesso em: 09 de março de 2022

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed.-São Paulo: Atlas, 2003. Acesso em: 06 de abril de 2022

MATIAS-PEREIRA, J. A. A governança corporativa aplicada no setor público brasileiro. *APGS, Viçosa*, v. 2, n. 1, p. 109-134, jan./mar. 2010. Disponível em: <<https://www.apgs.ufv.br/index.php/apgs/article/view/21/22>>. Acesso em: 07 de março de 2022

MINISTERIO DA CIDADANIA – MDC. Guia Operacionaldo e de Gestão para Banco de Alimentos, 2020. Disponível em: <[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca\\_alimentar/guia\\_banco\\_alimentos\\_16-10%20\(1\).pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/guia_banco_alimentos_16-10%20(1).pdf)> Acesso em: 19 de março de 2022

MINISTERIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – MD. Manual de Gestão do Programa Bolsa Família. MDS, 2018. Disponível em: < <https://central3.to.gov.br/arquivo/408993/>> Acesso em: 14 de março de 2022

MINISTERIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – Fundação Gaúcha dos Bancos Sociais – Rede de Bancos de Alimentos do Rio Grande do Sul. **Rede Brasileira de Bancos de Alimentos.** MDS, 2015 Disponível em: < [http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca\\_alimentar/caisan/RBBA/MINUTA\\_Documento\\_RBBA.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/caisan/RBBA/MINUTA_Documento_RBBA.pdf)> Acesso em: 25 de março de 2022

NOGUEIRA, M.D.P. Extensão universitária no Brasil: uma revisão conceitual. In: FARIA, D.S. (Org.). Construção conceitual da extensão universitária na América Latina. Brasília: UNB, 2001. p.57-72. Acesso em: 05 de abril de 2022

PETERS, G. O que é governança? Revista do TCU, n. 127, p. 28-33, 2013. Acesso em: 01 de abril de 2022

ROCHEFORT, David A.; COBB, Roger W. (Ed.). The politics of problem definition: Shaping the policy agenda. University Press of Kansas, 1994. Acesso em: 26 de abril de 2022

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, p. 20-45, 2006. Acesso em 02 de maio de 2022

SEBRAE, M. G. Políticas públicas: conceitos e práticas. Supervisão de Brenner Lopes e Jefferson Ney Amaral, 2008. Acesso em 26 de abril de 2022

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos.** Cengage Learning, 2012. Acesso em: 01 de março de 2022

SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SEADES. Cartilha Programa Social Bolsa Família. SEADE, 2022. Disponível em: <[http://acervo.seades.al.gov.br/programas-projetos/protECAo-social-basica-1/Bolsa%20Familia\\_Cartilha%20A5.pdf](http://acervo.seades.al.gov.br/programas-projetos/protECAo-social-basica-1/Bolsa%20Familia_Cartilha%20A5.pdf)> Acesso em: 11 de março de 2022

Silva, E. A. F.; Alcântara, V. C.; Pereira, J. R. Governança e esfera pública sobre resíduos sólidos urbanos no âmbito municipal. Administração Pública e Gestão Social, v. 8, n. 3, p. 137-146, jul./set. 2016. Disponível em: <<https://www.apgs.ufv.br/index.php/apgs/article/view/1003/pdf>>. Acesso em: 08 de março de 2022

TEIXEIRA, Alex Fabiane; GOMES, Ricardo Corrêa. Governança pública: uma revisão conceitual. 2019. Acesso em: 30 de março de 2022

UNESP, Pro-Reitoria de Extensao Universitaria. Manual Dinâmico para Elaboração de Proposta de Projeto de Extensão Universitária e Iniciação à Extensão Universitária. **São Paulo: PROEX–Unesp**, 2017. Acesso em: 31 de março de 2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS. Biblioteca Universitária. **Manual de normalização e estrutura de trabalhos acadêmicos**: TCCs, monografias, dissertações e teses. 3. ed. rev., atual. e ampl. Lavras, 2020. Disponível em: <http://repositorio.ufla.br/jspui/handle/1/11017>. Acesso em: 31 de março de 2022

WU, Xu et al. Guia de políticas públicas: gerenciando processos. 2014. Acesso em 29 de abril de 2022.